

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE: ORIGEM E ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

	Pág
CAPÍTULO I: Antecedentes Históricos	3
<i>Início do Ensino de Enfermagem no Brasil.</i>	4
Primeiras tentativas; escola profissional de enfermeiros e enfermeiras, 1890; Escola Prática de Enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, 1916; curso para Visitadoras Sanitárias, 1920; Carlos Chagas e a reforma do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1920.	
<i>Criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública — Escola Ana Neri.</i>	7
Ethel O. Parsons e o Serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1922; primeiras enfermeiras da Missão Técnica de Cooperação para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, do Serviço Internacional de Saúde Pública da Fundação Rockefeller, 1922; regulamentação da Escola D. Ana Neri, 1923.	
<i>Primeiras Figuras de Relevô na Enfermagem Brasileira.</i>	11
Características pessoais das líderes da enfermagem: Ethel O. Parsons, Edith de Magalhães Fraenkel, Clara Louise Kieninger, Bertha Lucille Pullen, Rachel Haddock Lobo.	
Notas	17
CAPÍTULO II: Concretização de uma Idéia	20
<i>Origem da Associação.</i>	20
Tentativa para organizar uma associação de ex-alunas, 1925; criação da Associação Nacional de Enfermeiras Di-	

	Pág.
plomadas, 1926; diretoria provisória; esboço do estatuto; sócias fundadoras; primeira diretoria eleita; período de funcionamento informal.	
<i>Período Nebuloso</i>	24
Organização formal da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas Brasileiras, 1928; primeiro estatuto; filiação ao Conselho Internacional de Enfermeiras, 1929; diretoria de 1929 a 1938.	
Notas	30
 CAPÍTULO III: Constituição da Associação Brasileira de Enfermagem	 31
<i>Primeiras reformas do estatuto; estatuto vigente de 1929 a 1939</i>	31
<i>Modificações de 1944 à Época Atual</i>	33
Reorganização da Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas; criação de uma Comissão Consultiva; inclusão na diretoria das representantes dos Serviços de Enfermagem nos Estados e no Distrito Federal, 1944.	
 Período de 1946-1951, 34	
Criação das seções estaduais, das divisões e do Conselho Consultivo, 1946; deliberação sobre os congressos da Associação, 1947; inclusão dos distritos, 1948, e secretaria executiva, 1950; votação por delegação 1950; voto por procuração, 1951.	
 Período de 1952-1962, 38	
A Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas denomina-se Associação Brasileira de Enfermagem, 1954; Assembléia Geral constituída por delegados das Seções, 1955; criação dos Setores de Filiação Internacional, 1957; extintos o voto por procuração, por delegação e o Conselho Deliberativo, 1958; criado o cargo de 2. ^a vice-presidente, 1958.	
 Período de 1963-1975, 41	
Assembléia Geral transformada em Assembléia de Delegados, 1965; extintos os Setores de Filiação Internacional, 1965; admitido o Técnico de Enfermagem como membro efetivo e estabelecido mandato de quatro anos para os membros da diretoria, 1971; mudança da sede para Brasília, 1973; inclusão das obstetrizas como membros efetivos, 1974.	
 Notas	 43

	Pág.
CAPÍTULO IV: Atuação das Diretorias	45
<i>Atuação das diretorias sob a presidência de:</i>	45
Edith de Magalhães Fraenkel, 1927-1938; Hilda Anna Krisch, 1938-1941; Edith de Magalhães Fraenkel, 1941-1943; Zaira Cintra Vidal, 1943-1947; Marina Bandeira de Oliveira, 1947-1948; Edith de Magalhães Fraenkel, 1948-1950; Waleska Paixão, 1950-1952; Glete de Alcântara, 1952-1954; Maria Rosa Sousa Pinheiro, 1954-1958; Marina de Andrade Resende, 1958-1962; Clarice Della Torre Ferrarini, 1962-1964; Circe de Melo Ribeiro, 1964-1968; Amália Corrêa de Carvalho, 1968-1972; Glete de Alcântara, 1972-1974; Maria da Graça Simões Corte Imperial, 1974-1976.	
<i>Secretaria Executiva</i>	64
Ella Hasenjaeger, 1948-1951; Dulce Ferreira Pontes, 1950-1952; Maria Beatriz Cavalcanti de Albuquerque, 1952-1959; Judith Feitosa de Carvalho, 1959-1960; Violeta Aragão de Araújo, 1960-1961; Maria Helena Ferreira de Aguiar, 1961-1962; Ida de Jesus Picanço, 1962-1964; Esther Moraes, 1964-1965; Neusa Aparecida Ramos, 1966-1967; Yoriko Hara (Kamiyama), 1967; Denise Ribeiro Cardoso, 1968; Clarice Della Torre Ferrarini, 1970-1976.	
Notas	67
CAPÍTULO V: Comissões Permanentes	68
<i>As Comissões Permanentes e o Estatuto</i>	63
Comissões criadas e extintas, de 1939 a 1965.	
<i>Atuação das Comissões</i>	71
Biblioteca, 1938-1946; Enfermagem de Saúde Pública, 1946-1963; Informações e Publicidade, 1944-1955; Intercâmbio Cultural e Profissional, 1946-1963; Finanças, 1949-1965; Assistência, 1955-1963; Relações Públicas, 1955-1963; Enfermagem Hospitalar, 1957-1963; Proteção à Maternidade e à Infância, 1957-1965; Defesa da Classe, 1963-1965; Assistência de Enfermagem, 1963-1976.	
Notas	90
CAPÍTULO VI: Seções Estaduais	94
Seção de São Paulo, 1945; Seção da Guanabara, 1946; Seção do Pará, 1950 (Amazônia, 1946); Seção de Minas Gerais, 1947; Seção da Bahia, 1948; Seção de Goiás, 1948;	

Seção de Pernambuco, 1949; Seção do Estado do Rio de Janeiro, 1949; Seção do Vale do Rio Doce, 1949; Seção do Rio Grande do Sul, 1950; Seção do Amazonas, 1950; Seção do Ceará, 1951; Seção de Sergipe, 1954; Seção do Espírito Santo, 1954/1975; Seção da Paraíba, 1954; Seção do Paraná 1956; Seção do Maranhão, 1958; Seção do Piauí, 1959; Seção de Mato Grosso, 1959; Seção do Rio Grande do Norte, 1960; Seção do Distrito Federal, 1960; Seção do Amapá, 1961; Seção de Santa Catarina, 1962; Seção de Alagoas, 1963.

Notas 117

SEGUNDA PARTE: ENSINO E LEGISLAÇÃO DE ENFERMAGEM

CAPÍTULO I: Papel da ABEn na formação do Enfermeiro

Comissão de Legislação 122

Comissão de Educação 123

Primeira comissão, 1939; Divisão de Educação, 1946; regimento interno e comissões permanentes da Divisão de Educação; a Divisão e o I Congresso Nacional de Enfermagem, 1947.

Legislação do Ensino de Enfermagem e Enfermagem Obstétrica 128

Lei n.º 775/49, 129

Considerações gerais; aspectos da lei de interesse para a ABEn.

Lei n.º 2995/56, 132

Inquérito nas escolas de enfermagem; divergência entre os enfermeiros sobre o Projeto n.º 2991/53.

Atuação da Subcomissão de Diretoras de Escolas de Enfermagem, 134

Criação da Comissão Permanente de Diretoras de Escolas de Enfermagem, 1954; criação da Comissão de Educação, 1955; formação de grupos regionais, 1955; Projeto de Lei n.º 2684/60; projeto de novo regulamento da Lei n.º 775/49, currículo mínimo apresentado pela ABEn, 1961; subcomissões de programas, 1961.

Retrospectiva Histórica do Ensino de Enfermagem Obstétrica, 140

Projeto de Lei n.º 2640/52, 142	
Origem; divergências entre enfermeiros e obstetrizas; acompanhamento do projeto; Projeto n.º 30/55; Emenda Gilberto Marinho, 1955; veto do Presidente da República, 1956; atuação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria.	
Projeto de Lei n.º 3082/57, 148	
Comissão Ministerial, 1956; relatório da comissão, 1957; divergências entre enfermeiros e obstetrizas; Comissão Triplice, 1957; Projeto n.º 114/59; modificações apresentadas pela ABEn em 1960, 1961 e 1963; arquivamento em 1964.	
A ABEn e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 155	
Atuação da ABEn; Lei 5540/68; Lei n.º 464/69 e Lei 5692/71.	
<i>Curriculo Mínimo dos Cursos de Enfermagem e Obstetrícia</i>	157
Curriculo mínimo apresentado pela Comissão de Peritos em Enfermagem, 1962.	
Parecer n.º 271/62, 158	
Curriculo mínimo apresentado pela comissão do CFE, 1962; exposição de motivos da ABEn; guia de regulamento para as escolas particulares, 1962.	
Parecer n.º 303/63, 160.	
Origem; modificações em relação ao Parecer 271/62; estudos posteriores.	
Parecer n.º 163/72, 163.	
Consequências da reforma universitária; resultado do III Congresso de Educação de Enfermagem, 1967; propostas apresentadas pela ABEn em 1968, 1969 e 1970.	
<i>Seminários e Congressos Educacionais</i>	169
Notas	172
CAPÍTULO II: Ensino de Enfermagem de Grau Médio	178
<i>Curso Técnico de Enfermagem</i>	178
Origem e Controvérsias.	
Papel decisivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 183	
Primeiros cursos criados e a Legislação do Exercício Profissional, 185	
<i>Formação do Auxiliar de Enfermagem</i>	188
<i>A Comissão de Auxiliar de Enfermagem e a Evolução do Ensino nesse Nível</i>	189

Determinações da Lei do Ensino n.º 775/49, 189	
Novas Exigências de Escolaridade, 193	
Portaria n.º 106/65, 196	
Curso Intensivo de Auxiliar de Enfermagem, 197	
O Auxiliar de Enfermagem no Campo de Saúde Pública, 199	
I Seminário Regional de Ensino Médio de Enfermagem — Região Sul, 200	
<i>A ABEn e a União Nacional de Auxiliares de Enfermagem</i>	201
<i>Cursos Volantes</i>	202
<i>Programa para Formação de Auxiliares de Enfermagem para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no Brasil</i>	
<i>Projetos n.º 287/63, n.º 287/6301 e n.º 287/6302</i>	203
Notas	207
CAPÍTULO III: Regulamentação do Exercício Profissional	210
<i>Considerações Gerais</i>	210
Decreto n.º 20109/31; reação das irmãs de caridade, enfermeiras da Cruz Vermelha Brasileira, enfermeiros do Exército e da Polícia Militar e enfermeiros práticos.	
Providências Preliminares, 213	
Solicitação do Sindicato de Enfermeiros Terrestres e primeiro anteprojeto elaborado, 1939; Decreto n.º 8778/46; estudo dos problemas da Enfermagem no Brasil, 1947; recomendações do II Congresso Nacional de Enfermagem, 1948.	
Lei n.º 2604, de 17 de setembro de 1955, 216	
Legislação reguladora do exercício profissional até 1955; programa de trabalho da Comissão de Legislação; recomendações dos Congressos realizados em 1948, 1950, 1951 e 1952; atuação da ABEn no prosseguimento do Projeto n.º 1741/52.	
Lei n.º 2822, de 14 de julho de 1956, 222	
Lei n.º 3640, de 10 de outubro de 1959, 223	
Decreto n.º 50387, de 28 de março de 1961, 224	
Projeto de Lei n.º 3803/61, 227	
<i>Enfermagem no Funcionalismo Civil</i>	229

	Pág.
Concurso do DASP, 1941; promoção na carreira de enfermeiro do MES, 1947 e 1953; carreira de enfermeira de Saúde Pública, 1948. 1949; reestruturação da carreira de enfermeiro na Prefeitura do Distrito Federal.	
Notas	232
CAPÍTULO IV: Enfermagem — Serviço Técnico Científico	237
<i>A ABEn e o Plano de Classificação de Cargos</i>	237
Comissão Especial de Reestruturação da Carreira, 1953; Projeto de Lei n.º 4844/55 e reação da ABEn; Projeto de Lei n.º 1853/56; Substitutivo Jarbas Maranhão	
Lei n.º 3780, de 12 de junho de 1960, 244	
Repercussão. Decreto n.º 299/67.	
Situação em 1975, 245	
<i>Duração do Curso de Enfermagem e Níveis de Vencimentos</i>	245
Pareceres do Conselho Federal de Educação n.º 346/64 e n.º 397/64; parecer do Consultor Geral da República; Decreto n.º 57180/65.	
Notas	250
CAPÍTULO V: Conselho Federal de Enfermagem	253
<i>Conselho de Enfermagem</i>	254
Primeira Fase: 1944-1954, 254	
Plano de trabalho da presidente Zaira Cintra Vidal; os cinco primeiros anteprojetos encaminhados: 1945, 1946, 1947.	
Segunda Fase: 1960-1973, 259	
Conselho ou sindicalização do enfermeiro, 1960; comissão especial em 1962 e 1963; primeiro parecer de Cesarino Júnior, 1963; revisão e tramitação do anteprojeto encaminhado em 1965; anteprojetos de 1968, 1970, 1972; novo parecer de Cesarino Júnior e novo anteprojeto enviado pela ABEn, 1972; Lei n.º 5905, de 12 de julho de 1973, 274	
<i>Instalação do Conselho Federal de Enfermagem</i>	277
Notas	279
TERCEIRA PARTE: REALIZAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS	
CAPÍTULO I: Código de Ética	285
Comissões especiais para elaboração de anteprojeto do Código de Ética; aprovação pela Assembléia Geral, 1958;	

	Pág.
atuação da Comissão Permanente de Ética, de 1958 a 1965; Comissão Especial de Revisão do Código, 1972; aprovação do novo Código de Ética, 1975.	
Notas	293
CAPÍTULO II: Recursos e Necessidades de Enfermagem	294
<i>Primeiros Estudos</i>	294
Levantamento censitário em 1950; levantamento a pedido da CAPES, 1952; questionário da Fundação W. K. Kellogg, 1954; Comissão Especial de Levantamento Estatístico, 1954; recomendações do VII Congresso Nacional de Enfermagem, 1954	
<i>Levantamento de Recursos e Necessidades de Enfermagem no Brasil</i>	299
Providências preliminares, 299	
Tentativa para o estabelecimento de convênio e oferecimento da Fundação Rockefeller, 1954; decisões da reunião preliminar, 1955.	
Organização do Centro de Levantamento, 301	
Planejamento e organização, 1956; doações da Fundação Rockefeller, 1956 e 1957.	
Áreas de estudo, 303	
Objetivos do levantamento; metodologia.	
Relatório final, Recomendações e Resultados Obtidos, 304	
Apresentação parcial dos resultados, 1958; recomendações finais; Seminário Didático Internacional sobre Levantamentos de Enfermagem, 1958; resultado das recomendações.	
<i>Comissão de Seguimento do Levantamento</i>	307
Recomendação do XI Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1958; Comissão Especial de Seguimento, 1958; Comissão de Seguimento do Levantamento, 1960; financiamento pela Fundação Rockefeller, 1961/1962; financiamento pela ABEn, 1962/1964; cooperação com a Diretoria do Ensino Superior do MEC	
Organização da Comissão de Seguimento — Objetivos e constituição, 314	
Realizações da Comissão — Plano de trabalho, 316	
Atualização de dados, 317	
Assistência técnica às escolas e assessoramento às seções estaduais, 318	

Campanhas de divulgação da profissão e de recrutamento de alunos, 318	
Campos de demonstração de ensino, 320	
<i>Comissão de Documentação e Estudos</i>	322
Dados sobre a formação de pessoal de Enfermagem no Brasil	
<i>Centro de Estudos e Pesquisas de Enfermagem</i>	324
Notas	325
CAPÍTULO III: Publicações	329
<i>Revista Brasileira de Enfermagem</i>	329
<i>Origem e primeiras lutas: 1932-1945</i>	330
Enfermeiras presentes ao I Congresso Quadrienal do ICN, 1929; grupo de planejamento para criação da revista; primeiros cargos; primeiro número, 1932	
Administração da revista, 334; direção e membros colaboradores, de 1932 a 1941; inatividade, de 1941 a 1945	
Edições anuais — Edições, de 1932 a 1941, 336	
<i>Período Intermediário: 1946-1947</i>	337
Redação transferida para São Paulo, administração e reformas, nesse período.	
<i>Progressos e vicissitudes: 1948-1954</i>	340
Administração da revista, 341	
Colaboração científica, 343	
<i>Reflexos do Desenvolvimento da Época: 1955-1975</i>	344
Administração da revista, 346	
Colaboração científica, 347	
<i>Finanças</i>	348
Primeira fase: 1932-1945, 348	
Empréstimo e doações, 349	
Segunda fase: 1946-1947, 350	
Terceira fase: 1948-1954 — Assinantes. Anúncios. Preço da assinatura. Doações, 350	
Quarta fase: 1955-1975. Contribuição e empréstimos, 354	
<i>Sucursais</i>	358
<i>Registro</i>	359
<i>Sede da Revista</i>	361

	Pág.
<i>A Revista e o Estatuto</i>	361
<i>Boletim Informativo</i>	362
<i>Concurso "Marina de Andrade Resende"</i>	365
<i>Fundo de Impressão</i>	366
Notas	369
CAPÍTULO IV: Congressos	370
Generalidades e fatos ocorridos em alguns dos congressos.	
<i>Congressos de Enfermagem</i>	375
<i>Temas dos Congressos Brasileiros de Enfermagem</i>	377
Notas	380
CAPÍTULO V: Patrimônio e Sede	381
<i>Terreno na Ilha do Governador</i>	382
Aquisição, 1929; projetos para construção da casa da enfermeira, 1929, 1945, 1956 e 1971; demarcação, 1957.	
<i>Primeira sede própria no Rio de Janeiro</i>	385
Sedes provisórias, de 1926 a 1955; aquisição de sede própria, 1953; problemas com a isenção de imposto predial.	
<i>Sede em Brasília</i>	392
Doação de terreno pela NOVACAP, 1963; planos para a construção; dificuldades financeiras; lançamento da pedra fundamental, 1967; campanhas para levantamento de recursos; inauguração, 1971; transferência da sede, 1975.	
Notas	404
CAPÍTULO VI: Filiação a Associações Internacionais de Enfermagem	406
<i>Conselho Internacional de Enfermeiras</i>	406
Origem do ICN, 1899; filiação da ABEN, 1929; participação da ABEN nas atividades do ICN; X Congresso Quadrienal, 1953; aprovação do Código Internacional de Ética, 1953	
<i>Comitê Internacional Católico de Enfermeiras e Assistentes Médico-Sociais</i>	416
União das Religiosas Enfermeiras do Brasil, UREB, 1944, 417	

	Pág.
União Católica de Enfermeiras do Brasil, UCEB, 1948, 419	
Problemas com a filiação da ABEn ao CICIAMS, 423	
<i>Federação Pan-Americana de Enfermeiras/os</i>	426
Primeiros planos; tentativa em 1950; criação em 1966; primeiro estatuto, 1970	
<i>Congressos Interamericanos de Enfermagem</i>	431
Notas	433
CAPÍTULO VII: Sindicalização do Enfermeiro	434
<i>Sindicato de Enfermeiros</i>	435
<i>Enfermagem, Profissão Liberal</i>	436
<i>Associações Profissionais</i>	441
Notas	444
CAPÍTULO VIII: Outras Realizações	445
<i>Homenagens, Prêmios e Distinções</i>	445
Sócios honorários, 446. Sócios beneméritos, 449. Homenagens especiais, 450. Medalha comemorativa do Centenário da Escola de Enfermagem do Hospital São Tomás, em Londres, 452. Bolsas de estudo, 452. Prêmios e medalhas, 453. Prêmio Enfermeira do Ano, 453. Diploma de Honra ao Mérito, 453. Menção Honrosa, 454. Prêmio Associação Brasileira de Enfermagem, 455.	
<i>Emblema da ABEn</i>	455
<i>Medalha presidencial</i>	456
<i>Semana da Enfermagem</i>	457
<i>ABEn — Serviço de Utilidade Pública</i>	458
<i>Política de trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem</i>	460
<i>A Associação Brasileira de Enfermagem e os estudantes de Enfermagem</i>	462
<i>Relações com outras Entidades</i>	463
Colaboração com os Ministérios — Trabalho da ABEn para conseguir representação nos Ministérios da Saúde e da Educação e Cultura, 463	

	Pág.
Comissão de Peritos, 468	
Comissão de Especialistas no Ensino de Enfermagem, 471	
Programa Intensivo de Preparo de Mão-de-Obra, 472	
Representação nos Órgãos Centrais de Saúde, 473	
<i>Associação Brasileira de Escolas de Enfermagem</i>	474
Núcleo Integrado de Recursos Humanos para a Saúde, 475	
<i>Fundo de Bolsas</i>	476
<i>Bolsas da CAPES</i>	476
Notas	477

APENSOS

1. Comissão Especial do Histórico da ABEn que apresentou trabalho em 1968	479
2. Estatuto da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas — 1929	480
3. CEEEnfermagem — Subsídio para o desenvolvimento da enfermagem no Plano Decenal	485
4. Política de Trabalho da Associação Brasileira de Enfermagem	495
5. Demonstrativo da construção da sede em Brasília — 1966 a 1972	498
6. Contribuição das Seções	499
BIBLIOGRAFIA	500
RELAÇÃO DOS NOMES CITADOS	502